



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude**  
**CAOPIJ**

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES**

**1º. semestre de 2018**

**Coordenação**

Luiz Guilherme da Fonseca Lapenda – Promotor de Justiça

**Secretaria**

Anna Dolores C. Rangel – Secretaria Ministerial

Fabiana Nascimento da Silva – Recepcionista

**Equipe técnica**

Gilberto Lucio da Silva – Analista Ministerial/ Psicologia

Maria Thereza Nogueira de Miranda Medeiros – Analista Ministerial/Jurídico

**Estagiário de nível médio**

Joyce Loirena de Barros Gomes da Silva



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude**  
**CAOPIJ**

## **1. APRESENTAÇÃO**

O presente relatório descreve as atividades desenvolvidas no Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e Juventude – CAOPIJ – durante o primeiro semestre do ano de 2018.

Em conformidade com a Lei Complementar nº 12, de 27 de dezembro de 1994, que dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público de Pernambuco, em sua seção VII, artigo 23, os Centros de Apoio Operacional atuam como órgãos auxiliares da atividade funcional do Ministério Público, visando:

- Estimular a integração e o intercâmbio entre órgãos de execução que atuem na mesma área de atividade e que tenham atribuições comuns;
- Remeter informações técnico-jurídicas, sem caráter vinculativo, aos órgãos ligados à sua atividade;
- Estabelecer intercâmbio permanente com entidades ou órgãos públicos ou privados que atuem em áreas afins, para obtenção de elementos técnicos especializados necessários ao desempenho de suas funções;
- Remeter, anualmente, ao Procurador-Geral de Justiça, relatório das atividades do Ministério Público relativas às suas áreas de atribuições;
- Exercer outras funções compatíveis com suas finalidades, vedado o exercício de qualquer atividade de órgão de execução, bem como a expedição de atos normativos a estes dirigidos.

O Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude (CAOPIJ), do Ministério Público de Pernambuco, tem marcado presença como órgão ministerial que tem priorizado o estabelecimento de condições de ordem técnica e/ou administrativa para o pronto atendimento das mais diversas demandas oriundas das Promotorias de Justiça com atuação na defesa da infância e da juventude, bem como aquelas provenientes de outros representantes do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, a exemplo das secretarias de governo, das organizações não governamentais e da sociedade em



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude**  
**CAOPIJ**

geral. No âmbito da Infância e da Juventude, podemos destacar como atribuições do Ministério Público:

- Assegurar o acesso das crianças e adolescentes à educação, combatendo a evasão escolar;
- Zelar pelo direito à convivência familiar e comunitária;
- Defendê-las contra todo tipo de violência e negligência, inclusive dos pais ou responsáveis;
- Atuar quando um adolescente comete ato infracional;
- Fomentar em todos os Municípios a implantação, estruturação e permanente capacitação do Conselho Tutelar e do Conselho de Direitos.

No intento de efetivar direitos dos quais são titulares as crianças e os adolescentes se busca assegurar aos mesmos um desenvolvimento sadio e as bases para o pleno exercício da cidadania.

## **2. ARTICULAÇÃO INTERNA E EXTERNA**

### **JANEIRO**

- Reunião com representantes da FUNASE e da Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude para tratar sobre as unidades socioeducativas do Estado – 09.01.18;
- Reunião com Paulo Teixeira, Analista Ministerial em Psicologia, e Shirley Nascimento, Analista Ministerial em Serviço Social, sobre a FUNASE – 16.01.17;
- Atendimento ao Sr. Fernando, Conselheiro Tutelar de Igarassu – 31.01.18;

### **FEVEREIRO**

- 9ª reunião da Câmara do Sistema Socioeducativo – FUNASE – 01.02.18;
- Reunião com Andréa Corradini, da ASSCOM, sobre os projetos e eventos do CAOPIJ para o ano de 2018 – 05.02.18;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude**  
**CAOPIJ**

- Reunião com os coordenadores dos CAOPs Infância e Juventude, Saúde e Cidadania e os Promotores de Justiça de Cidadania sobre as questões da infância e saúde nos plantões de sobreaviso – 05.02.18;
- Solenidade de posse dos novos Promotores de Justiça no Teatro Beberibe – 06.02.18;
- Curso de capacitação na área da Infância e Juventude para os novos Promotores de Justiça – 08.02.18;
- Curso de capacitação para os novos Promotores de Justiça – procedimentos extrajudiciais e taxinomia – 16.02.18;
- Reunião com a Subprocuradora-Geral de Justiça em Assuntos Institucionais Dra. Lúcia de Assis, a Procuradora do Trabalho Dra. Jailda Pinto, representantes da SDCJ/PE e da CMGP sobre o Programa Jovem Aprendiz– 16.02.18;



- Reunião com o CAOP Criminal e representante da SDS/PE sobre fluxo de atendimento das demandas da infância no âmbito das delegacias de polícia e casos oriundos das unidades FUNASE – 19.02.18;
- Reunião dos coordenadores de CAOPs – 21.02.18;
- Audiência em Garanhuns com o CAOP Saúde sobre o PNAISARI– 22.02.18;
- Lançamento do Programa Cuidar (ressocialização de jovens infratores) Cupira – 26.02.18;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude**  
**CAOIJ**

- 1ª reunião da Comissão Interinstitucional do SINASE – 27.02.18;
- Reunião na SGMP sobre o Programa Jovem Aprendiz – 28.02.18;

**MARÇO**

- Reunião com Paulo Teixeira, Analista Ministerial em Psicologia, e Shirley Nascimento, Analista Ministerial em Serviço Social, sobre a FUNASE – 05.02.18;
- I Reunião Ordinária do GNDH – Grupo Nacional de Direitos Humanos em Brasília – de 07 a 09.03.18;



- Reunião com o CAOP Criminal e o representante da Polícia Civil sobre o fluxo de atendimento das demandas da infância nas delegacias – 13.03.18;
- Audiência Pública na Promotoria de Justiça de Olinda sobre delegacia especializada para crianças e adolescentes no município – 14.03.18;
- Reunião do Sistema Socioeducativo auditório do COMDEPE-FIDEM – 16.03.18;
- Encontros Conselho é bom e eu gosto: Priorizando o Aperfeiçoamento dos Conselho Tutelares e CAOPs em Ação: Apresentação dos projetos institucionais da infância, Juventude e Educação, em Caruaru – 20.03.18;
- Encontro Conselho é bom e eu gosto: Priorizando o Aperfeiçoamento dos Conselho Tutelares, em Garanhuns – 21.03.18;





**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude**  
**CAOPIJ**

- Encontro Conselho é bom e eu gosto: Priorizando o Aperfeiçoamento dos Conselho Tutelares e CAOPs em Ação: Apresentação dos projetos institucionais da infância, Juventude e Educação, em Arcoverde – 22.03.18;
- Curso para os Promotores de Justiça em estágio probatório, em Arcoverde – 22 e 23.03.18;

**ABRIL**

- Convocação nº 008/2018 PGJ - Oficina de Gestão Estratégica na Faculdade Salesiana do Nordeste – 05.04.18;
- Reunião dos coordenadores de CAOPs na Procuradoria-Geral – 09.04.18;
- Reunião com Dra. Fernanda Nóbrega, em Gravatá – 10.04.18;
- Reunião com a Promotoria de Justiça da Infância e os Conselheiros Tutelares – 10.04.18;
- Mesa redonda “Nova Política de Saúde Mental” – 12.04.18;
- Reunião com Dr. Carlos, da ATMA, na ALEPE – 12.04.18;
- Reunião com Conselheira Tutelar de Fernando de Noronha – 13.04.18;
- Reunião no CEDCA sobre exploração sexual – 16.04.18;



- Reunião com representantes do CEDCA e da Escola Conselho – 23.04.18;
- Reunião com a GMAE sobre inspeções nas unidades da FUNASE – 23.04.18;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude**  
**CAOPIJ**

- 10ª Reunião da Câmara de Articulação sobre central de vagas na FUNASE, na SEPLAG – 24.04.18;
- Encontro Interinstitucional de Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual em Gravatá – 26.04.18;
- Comissão Interinstitucional do SINASE, revisão do PEDAS – 27.04.18;

**MAIO**

- Reunião interinstitucional sobre central de vagas na FUNASE, no CICA – 02.05.18;
- Lançamento da Campanha do 18 de maio no CEDCA – 03.05.18;
- Audiência Pública: A necessidade de ações intersetoriais no combate eficaz ao trabalho infantil, ALEPE – 09.05.18;
- 10ª reunião da Câmara do Sistema Socioeducativo FUNASE – 09.05.18;
- Reunião no CEDCA – 14.05.18;
- Reunião solene na ALEPE, entrega do título cidadão de Pernambuco para Dr. Édipo Soares – 16.05.18;
- Novos Horizontes Infância, Juventude e Educação em Fernando de Noronha – 23 a 25.05.18;
- Convocação do PGJ para todos os membros da gestão – 29.05.18;
- Reunião sobre escuta qualificada na CIJ-TJPE – 30.05.18;





**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude**  
**CAOPIJ**

**JUNHO**

- Reunião com o CAOP Saúde sobre o PNAISARI – 04.06.18;
- Reunião com Dra. Aline Arroxelas, 1ª PJDC Olinda, Dra. Jecqueline Elihimas, 33ª PJDCC e Silvia Donato, CAOP Criminal, para discutir a uniformização do atendimento policial para infância e juventude nas delegacias do Estado – 05.06.18;
- Reunião com o CAOP Educação e representante da PRF sobre os projetos dos CAOPS – 05.06.18;
- Acompanhamento de visita na ESMP a um grupo de estudante de Direito – Dr. Sérgio Souto foi representando o CAOPIJ – 08.06.18;
- Encontro Regional do Sistema Socioeducativo, mesa de abertura, CEFOSPE – 15.06.18;

**3. PROJETOS**

O Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e Juventude instaurou, entre 2015 e 2018, seis projetos e um Expediente, que estão em andamento e que podem ser acompanhados junto ao sistema Arquimedes, a saber:

- a) Arquimedes nº AUTO: 2015/1933515 – PROJETO CIDADANIA ENFRENTANDO A VIOLÊNCIA: FORTALECIMENTO DO SISTEMA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO  
Objetivo: fortalecer a rede do Sistema de Atendimento Socioeducativo e apoiar os Promotores de Justiça nas ações de indução e acompanhamento dos planos socioeducativos municipais.
- b) Arquimedes nº AUTO: 2015/1955628 – PROJETO CRIANDO ESPAÇOS NA REDE DE ATENÇÃO: UM CAPS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES  
Objetivo: apoiar os Promotores de Justiça nas ações de estruturação e/ou organização do serviço de atenção a crianças e adolescentes usuários/dependentes de substâncias psicoativas.





**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude**  
**CAOPIJ**

- c) Arquimedes nº AUTO: 2017/2563605 – PROJETO CAOPIJ ONLINE  
Objetivo: Consolidar, como ação permanente do CAOP Infância e Juventude, a utilização da rede social Facebook, para difundir informações pertinentes ao âmbito dos direitos de crianças e adolescentes.
- d) Arquimedes nº AUTO: 2017/2609725 – EXPEDIENTE “FORÇA TAREFA”  
Objetivo: Auxiliar na implantação e acompanhamento da execução do Projeto nº 001/2015 CAOPIJ, visa ao fortalecimento da rede do Sistema Socioeducativo de Pernambuco, apoiando os Promotores de Justiça nas ações de indução e acompanhamento dos planos socioeducativos municipais, bem como auxiliando na execução das MSE nas várias unidades de internação e semiliberdade.
- e) PROJETO CONSELHO É BOM E EU GOSTO: PRIORIZANDO O APERFEIÇOAMENTO DOS CONSELHO TUTELARES EM PERNAMBUCO  
Objetivo: Capacitar os conselheiros tutelares e a rede de atendimento, visando auxiliá-los no bom desempenho de suas atribuições e promovendo a proteção e defesa no enfrentamento das violações de direitos das crianças e adolescentes.
- f) PROJETO CONVÍVIO PROTETOR: IMPLEMENTANDO PROGRAMAS DE ACOLHIMENTO FAMILIAR  
Objetivo: Incentivar a apresentação de projeto de lei municipal para fomentar a criação e a regulamentação do Programa Família Acolhedora, visando garantir a efetivação da Política de Proteção as Crianças e Adolescentes em situação de vulnerabilidade, abandono e/ou risco, e propiciar convivência familiar e comunitária às crianças e adolescentes afastados das famílias de origem por ordem judicial.
- g) PROJETO CAOPS EM AÇÃO: APRESENTAÇÃO DOS PROJETOS INSTITUCIONAIS DA INFÂNCIA JUVENTUDE E EDUCAÇÃO.  
Objetivo: Apresentar os projetos institucionais em curso nos CAOPs Infância, Juventude e Educação, visando auxiliar os promotores de Justiça na racionalização de atribuições, otimização do trabalho e eficiência da atividade institucional; mapear as principais necessidades e demandas das áreas da Infância, Juventude e Educação dos municípios do Estado.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude**  
**CAOPIJ**

#### **4. NOTAS TÉCNICAS**

- ✓ Nota Técnica nº 001/2018 - CAOPIJ, acerca da vedação de tratamento vexatório aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de prestação de serviço à comunidade;
- ✓ Nota Técnica nº 002/2018 - CAOPIJ, sobre a obrigatoriedade de dedicação exclusiva dos Conselheiros Tutelares;
- ✓ Nota Técnica nº 003/2018 do CAOPIJ, que trata sobre quebra de sigilo profissional de psicólogos.

#### **5. ATUAÇÃO FRENTE À COMISSÃO ESTADUAL JUDICIÁRIA DE ADOÇÃO**

Manifestação em 05 (cinco) PIPs, no PROJETO DE PREVENÇÃO A INSTITUCIONALIZAÇÃO PROLONGADA, da Comissão Estadual Judiciária de Adoção (CEJA), consistente no contato com os Promotores de Justiça da comarca onde tramita a medida judicial que determinou o acolhimento.

A parceria com a CEJA visa dar uma celeridade aos feitos judiciais, de modo a solucionar, o mais breve possível, a situação jurídica da criança, permitindo o seu ingresso na família substituta (se for o caso), que se encontra devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Adoção (CNA), ou o retorno à família natural/extensa.

#### **6. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

##### **6.1. Atendimento ao público interno e externo**

<b>Data</b>	<b>Solicitante</b>	<b>Questão</b>	<b>Encaminhamento</b>
15.01.18	Sra. Rosilayne Rosa	Solicitou informações sobre possível repetência da filha de 5 anos, para se adequar a faixa etária de ingresso no ensino fundamental.	Sugerimos procurar a Promotoria de Justiça de Limoeiro, advogado particular ou a Defensoria Pública para atendimento da demanda. Encaminhamos ao CAOP Educação.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude**  
**CAOPIJ**

23.01.18	PJ Garanhuns	Solicitou modelo de questionário para visita ao Conselho Tutelar	Ao coordenador do CAOPIJ
25.01.18	Dra. Fátima Ferreira	Solicitou modelo de Contrarrazões de Agravo de Instrumento, sobre política pública de atendimento, com base no novo CPC.	À analista jurídica
25.01.18	Dra. Aline Laranjeira	Solicitou expedição de ofício ESMP sobre as palestras ministradas no Encontro Criando Espaços na Rede de Atenção	Providenciado
26.01.18	Dr. Daniel Meneguz	Questionou o entendimento do CAOPIJ acerca de um Conselheiro Tutelar, que estava acumulando outra atividade.	Providenciado
02.02.18	Dr. Marcelo Greenhalgh	Solicitou apoio nas questões da área da infância e juventude no município do Ribeirão.	Ao coordenador do CAOPIJ e a equipe técnica
15.02.18	Dr. Érico Oliveira	Perguntou o entendimento do MP sobre o corte etário.	Ao coordenador do CAOP Educação
23.02.18	Dr. Lúcia de Assis	Solicitou a programação da 1ª Reunião Ordinária do GNDH.	Providenciado
26.02.18	PJ Igarassu	Solicitou a relação dos plantões da infância e juventude do ano em curso.	Enviado por e-mail
27.02.18	CAOP Criminal	Enviar esboço de ofício, conforme acertado em reunião.	Enviado por e-mail
07.03.18	Dra. Renata Rivetti	Solicitou informações sobre a implantação de política municipal de proteção a crianças e adolescentes ameaçadas de morte.	Demanda encaminhada à PJ de Jaboatão dos Guararapes



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude**  
**CAOPIJ**

12.03.18	Sra. Glicélia Souza do CEDCA	Solicitou apoio na divulgação da campanha de destinação de percentual do IR para os fundos da infância.	Informamos que temos ação similar e que estamos divulgando para o público interno e externo.
13.03.18	Equipe CAOPIJ	Solicitar aumento da capacidade da pasta de rede do CAOPIJ	Providenciado
14.03.18	Dra. Tathiana Barros	Solicitou modelos de peças da área da infância e juventude, além de informações sobre o PPCAAM	Providenciado
14.03.18	Dr. Hugo Mendonça MPCE	Solicitou o envio dos documentos referentes ao Projeto do CAPS para crianças e adolescentes.	Enviado por e-mail.
19.03.18	Sra . Joelma de Lemos	Solicitou informações para obtenção de vaga para seu filho, em razão de mudança de endereço.	Orientamos a procurar o SIORE para obtenção de vaga em unidade de ensino próxima a residência.
20 a 22.03.18	Coordenador do CAOPIJ	Organização dos encontros Conselho é bom e eu gosto: Priorizando o Aperfeiçoamento dos Conselho Tutelares e CAOPs em Ação: apresentação dos projetos institucionais da Infância, Juventude e Educação – Caruaru, Garanhuns e Arcoverde.	Providenciado: solicitação das peças dos eventos para ASSCOM; criação do formulário de inscrição; divulgação por e-mail; solicitação da impressão colorida para Serviços Gráficos e organização do material em pastas.
03.04.18	Dra. Liliane Asfora	Solicitou a relação do plantão da infância e juventude de 2018	Enviado por e-mail.
03.04.18	Coordenador do CAOPIJ	Entrar em contato com Dr. João Paulo Pedrosa de Palmares para tratar sobre os eventos de transporte escolar e conselho tutelar.	Os eventos serão agendados oportunamente.
03.04.18	Sr. Robson Conselheiro	Ligou informando que uma adolescente do	Ao coordenador do CAOPIJ



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude**  
**CAOPIJ**

	Tutelar de Bodocó	CASE Sta Luzia foi agredida por uma ASE.	
04.04.18	PJ Afogados da Ingazeira	Solicitou informações sobre clínica que interne adolescente usuário de drogas compulsoriamente.	Informamos que a única opção em caso de crise é a emergência do Hospital Ulisses Pernambucano.
04.04.18	Coordenador do CAOPIJ	Solicitar banners para os eventos Conselho é bom e eu gosto e o Encontro Interinstitucional de Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual.	À ASSCOM para as providências.
04.04.18	Sra. Paula Caroline Barbosa	Solicitou o envio do histórico do CAOPIJ para o banco de dados da instituição.	Providenciado.
11.04.18	PJ Buenos Aires	Solicitou material sobre bullying.	Enviado material por e-mail e encaminhada solicitação para o CAOP Educação
16.04.18	Equipe CAOPIJ	Solicitar contatos atualizados dos membros para Corregedoria.	Providenciado.
17.04.18	Dr. Hugo Mendonça MPCE	Solicitou e envio dos arquivos do PNAISARI.	Enviado por e-mail.
24.04.18	Coordenador do CAOPIJ	Organização do Encontro Interinstitucional de Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual: todos juntos pela proteção de nossas crianças e adolescentes em Gravatá.	Providenciado: solicitação das peças do evento para ASSCOM; criação do formulário de inscrição; divulgação por e-mail; solicitação da impressão colorida para Serviços Gráficos e organização do material em pastas.
30.04.18	Coordenador do CAOPIJ	Solicitar a impressão colorida de 500 folders de Enfrentamento à Exploração Sexual.	À SGMP e Serviços Gráficos
30.04.18	Coordenador do CAOPIJ	Juntar os relatórios de inspeção elaborados pela GMAE e GMSAS, em pastas, por município.	Providenciado





**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude**  
**CAOPIJ**

03.05.18	Equipe CAOPIJ	Solicitar aumento da capacidade do e-mail do CAOPIJ.	Chamado nº 75754 aberto.
04.05.18	Estagiária CAOPIJ	Solicitar criação de login e senha para estagiária Joyce Loirena.	Chamado nº 75857 aberto.
14.05.18	Coordenador do CAOPIJ	Solicitar a impressão colorida de 500 folders de Enfrentamento à Exploração Sexual.	À SGMP e Serviços Gráficos
14.05.18	Coordenador do CAOPIJ	Ligar para o público-alvo de Fernando de Noronha, divulgando o evento Novos Horizontes – 23 a 25.05.18.	Providenciado.
16.05.18	ESMP	Solicitou material de infância para distribuição entre os alunos de direito.	Enviados 250 folders de Enfrentamento à Exploração Sexual.
18.05.18	Coordenador do CAOPIJ	Entregar material do evento de Fernando de Noronha na casa de Dr. Alfredo Pinheiro.	Providenciado.
22.05.18	Sr. Hugo Régis Sec. Educação	Ligou para Dr. Guilherme para tratar sobre a questão do passe livre.	Ao coordenador do CAOPIJ
23.05.18	Sra. Milena	Ligou querendo prestar queixa sobre atuação do Promotor de Justiça e do juiz que atuam na Vara de Crimes de contra Criança e Adolescentes da Capital.	Foi informada acerca dos canais adequados para prestar denúncia.
23 a 25.05.18	Coordenador do CAOPIJ	Organização do Encontro Novos Horizontes Infância, Juventude e Educação em Fernando de Noronha	Providenciado: solicitação das peças do evento para ASSCOM; criação do formulário de inscrição; divulgação por e-mail; solicitação da impressão colorida para Serviços Gráficos e organização do material em pastas.
29.05.18	Dra. Sônia Maria Guerra	Solicitou o envio da Nota Técnica 003/2018 CAOPIJ	Enviada por e-mail.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude**  
**CAOPIJ**

06.04.18	Sra. Mylena França MPPB	Solicitou informações sobre as medidas adotadas pelo MPPE, em relação ao cumprimento das atribuições dos Conselheiros Tutelares.	Informamos que o CAOP não é órgão de execução e encaminhamos a cartilha Conselho é Bom e eu Gosto.
06.06.18	Equipe técnica	Reserva de sala e expedição de ofício para capacitação da equipe do CASE/CABO	Providenciado
07.06.18	Coordenador do CAOPIJ	Solicitar a publicação da designação de Dr. Fernando Della Latta Camargo para audiência do dia 08.06.18, às 11h, Processo nº 0001204-85.2017.8.17.1020.	E-mail enviado para Chefia de Gabinete.
08.06.18	Estagiária	Fazer CI alterando horário da estagiária Joyce Loirena	Providenciado
08.06.18	PJ Pesqueira	Solicitou modelo de relatório de fiscalização de Conselho Tutelar	Enviado por e-mail

## 6.2. Cursos, reuniões e eventos externos

Data	Curso/Reunião /Evento
23.01 a 22.03.18	Ética e Administração Pública, Turma 1, Instituto Legislativo Brasileiro, carga horária 40 h.
06.02.18	Treinamento página eletrônica do CAOPIJ
23.02 a 15.06.18	Curso Básico da Língua Brasileira de Sinais – Libras, módulo II, carga horária 45h
09 a 30.04.18	Curso Sistema Eletrônico de Informações SEI! Usar (Turma ABR 2018) – ENAP – carga horária 20h.
25.04.18	Turma 3 Curso SEI - ESMP



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude**  
**CAOPIJ**

**6.3. Atividades administrativas (Documentos/Expedientes)**

Documentos / Expedientes	Total
Ofícios Expedidos	42
Ofícios Circulares Expedidos	7
Ofícios Conjuntos	1
Documentos Recebidos por Meio Físico	92
Documentos Recebidos por E-mail	429
ClIs Expedidas	15
Arquimedes: Cadastros e Movimentos dos Grupos-Ofício do CAOPIJ	Solicitação à CMTI, chamados 76816 para extração dos dados do Arquimedes, até a presente data não atendidos.

**6.4. Ciranda de notícias**



Boletim Informativo de notícias relevantes sobre infância e juventude, tais como alterações legislativas, novas resoluções, recomendações, notas técnicas, estatísticas, eventos, cursos, dentre outros assuntos afetos à atuação do Ministério Público nesta área:

Número	Assunto
Ciranda de notícias nº 001/2018	Encaminhamento do relatório do monitoramento dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pernambuco da Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude de Pernambuco, referente ao ano de 2017.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude**  
**CAOPIJ**

Ciranda de notícias nº 002/2018	Envio do Guia de Atuação para Promotores de Justiça da Criança e do Adolescente – Garantia do direito à convivência familiar e comunitária do Conselho Nacional do Ministério Público.
Ciranda de notícias nº 003/2018	Encaminhamento da Portaria GAB/PCPE nº 521/2017, que define atribuições para instauração de procedimentos de Polícia Judiciária em ocorrências referentes a crimes ou atos infracionais ocorridos nos Centros de Atendimento Socioeducativo - CASE - e em outras unidades de atendimento socioeducativo da FUNASE.
Ciranda de notícias nº 004/2018	Envio do <b>Guia Prático do Plantão da Infância e Juventude – Ato Infracional</b> , para divulgação junto aos Promotores de Justiça integrantes das respectivas Circunscrições Ministeriais, bem como outras orientações sobre o plantão da infância e juventude.
Ciranda de notícias nº 005/2018	Encaminhamento da Nota Técnica nº 002/2018 - CAOPIJ sobre a obrigatoriedade de dedicação exclusiva dos Conselheiros Tutelares.
Ciranda de notícias nº 006/2018	Remessa da Nota Técnica nº 001/2018 - CAOPIJ, acerca da vedação de tratamento vexatório aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de prestação de serviço à comunidade.
Ciranda de notícias nº 007/2018	Encaminhamento da Recomendação nº 64/2018 do CNMP, que dispõe sobre a atuação do Ministério Público dos Estados e do Distrito Federal e Territórios na realização de visitas em instituições que atendam pessoas com deficiência em regime de acolhimento e/ou internação de longa permanência.
Ciranda de notícias nº 008/2018	Envio do relatório de atividades do projeto <b>Conselho é bom e eu gosto: Priorizando o aperfeiçoamento dos Conselhos Tutelares em Pernambuco</b> , que ocorreram nas cidades de Arcoverde, Caruaru e Garanhuns.
Ciranda de notícias nº 009/2018	Remessa de orientações acerca da possibilidade de destinar 3% do Imposto de Renda devido – a pagar ou restituir – ao Fundo da Infância e Juventude (Nacional, Estadual ou Municipal), durante o período de 1º de março a 30 de abril de 2018, prazo final para declaração do mencionado imposto.
Ciranda de notícias nº 010/2018	Divulgação da cartilha <b>Conselho é bom e eu gosto: Priorizando o aperfeiçoamento dos Conselhos Tutelares em Pernambuco</b> , elaborada pela equipe técnica do CAOPIJ.
Ciranda de notícias nº 011/2017	Envio da Nota Técnica nº 003/2018 - CAOPIJ, sobre quebra de sigilo profissional de psicólogos.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude**  
**CAOPIJ**

## **7. INTERVENÇÕES DA EQUIPE TÉCNICA**

### **7.1 - Assessoria Técnica Jurídica**

**Maria Thereza Nogueira de Miranda Medeiros – Analista Ministerial Área Jurídica**

Em atenção à Resolução PGJ nº. 01/2006, art. 37, que estabelece que o exercício do cargo de Analista Ministerial, da área Jurídica e da área Processual, consiste na realização de atividades de nível superior, de natureza técnica, privativas de bacharel em Direito, relacionadas à atividade-meio e à atividade-fim do Ministério Público, envolvendo o planejamento, a coordenação, a supervisão e a execução de tarefas que envolvem a elaboração de peças jurídicas; realizar análise, pesquisa, seleção e processamento de informações sobre legislação, doutrina e jurisprudência.

Segue abaixo o apoio técnico aos Membros e às unidades do Ministério Público de Pernambuco, em processos administrativos e judiciais, e a execução de trabalhos de natureza técnico-jurídica, em especial, estudos de processos, pesquisas de legislação e jurisprudência, e confecção de peças e material de apoio.

<b>Órgão Solicitante</b>	<b>Demanda</b>	<b>Resposta</b>
Coordenação CAOPIJ	Solicitação de modelo de ACP acerca de Destituição de Conselheiro Tutelar	Remessa do material solicitado.
Promotoria de Justiça de Jaboatão dos Guararapes	Solicitação de modelo de Contrarrazões a Agravo de Instrumento em matéria de Infância e Juventude	Envio de modelo de peça, encaminhado pela Central de Recursos Cíveis.
Promotoria de Justiça de Rio Formoso	Pesquisa sobre a obrigatoriedade de dedicação exclusiva dos Conselheiros Tutelares	Envio do material solicitado.
Promotoria de Justiça de São Lourenço da Mata	Solicitação de modelos de peças referentes às condutas, deveres, formação continuada, afastamento e destituição de Conselheiros Tutelares; respostas às requisições ministeriais; e reestruturação do Conselho Tutelar.	Encaminhamento dos seguintes modelos: 01 de Portaria de instauração de Procedimento Administrativo; 02 de conversão de Procedimento Preparatório em Inquérito Civil; 02 de Termo de Ajustamento de Conduta; 04 de Recomendação; e 02 de Ação Civil Pública.





**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude**  
**CAOPIJ**

Promotoria de Justiça de Ribeirão	Solicitação de modelos de peças referentes às condutas, deveres, formação continuada, afastamento e destituição de Conselheiros Tutelares; respostas às requisições ministeriais; e reestruturação do Conselho Tutelar.	Encaminhamento dos seguintes modelos de peças: 01 de Portaria de instauração de Procedimento Administrativo; 02 de conversão de Procedimento Preparatório em Inquérito Civil; 02 de Termo de Ajustamento de Conduta; 04 de Recomendação e 02 de Ação Civil Pública.
Promotoria de Justiça da Capital	Solicitação de complementação de peça processual de Contrarrazões recursais	Envio de minuta da parte final da peça, elaborada a partir das considerações do Coordenador, Dr. Guilherme Lapenda, contendo requerimento de Extinção do Processo Sem Resolução do Mérito (art. 485, VI, NCPC), em virtude da ausência de interesse processual, com a extinção da medida socioeducativa de internação imposta ao representado, vez que ultrapassado o limite legal de 21 anos de idade para a respectiva execução (art. 121, §5º, ECA).
Promotoria de Camaragibe	Consulta: Um adolescente de 14 anos foi levado pelo Conselho Tutelar de Sirinhaém para o município de Camaragibe, onde ficou acolhido. Contudo, o jovem seguiu sem a Guia de Acolhimento. Como regularizar o acolhimento?	Envio de resposta, no sentido de que deve ser feito requerimento ao Juízo para que este expeça carta precatória ao Juízo de origem, solicitando a respectiva Guia de Acolhimento.
Promotoria de Olinda	Solicitação de modelos de ACP para destituição de conselheiro tutelar por atos e condutas incompatíveis com a idoneidade do cargo	Encaminhamento de modelos de peças do acervo do CAOPIJ sobre o tema, bem como modelo de ACP para destituição de conselheiro tutelar, com adaptações referentes ao NCPC.
Coordenação CAOPIJ	Pesquisa acerca dos Princípios da Instrumentalidade das Formas e Aproveitamento dos Atos Processuais.	Envio do material solicitado.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude**  
**CAOPIJ**

Promotoria de Justiça de Custódia	Complementação de Recomendação sobre Acolhimento Institucional	Envio da peça encaminhada ao CAOPIJ, acrescida do Considerando referente ao art.92, §1º do ECA, segundo o qual o dirigente da entidade de acolhimento institucional é equiparado ao guardião para todos os efeitos de direito.
Coordenação CAOPIJ	Elaboração de minuta de Nota Técnica	Elaboração da minuta de Nota Técnica sobre a exigência da idade mínima de 06 (seis) anos, até o dia 31 de março do ano letivo da matrícula, para o ingresso de crianças na primeira série do ensino fundamental.
Coordenadoria da Infância e Juventude do TJPE	Participação na 1ª Reunião anual do Programa Acolher, do Tribunal de Justiça de Pernambuco – programa em rede, cujo objetivo é prestar assistência social, psicológica e jurídica a toda mulher que manifeste o desejo de entregar sua criança para adoção.	Participação na 1ª Reunião anual do Programa Acolher, realizada no dia 01/03/2018, no Auditório da Coordenadoria da Infância e Juventude, sendo o CAOPIJ MPPE membro do Comitê Gestor do respectivo programa.
Coordenadoria da Infância e Juventude do TJPE	Elaboração de Relatório da 1ª Reunião do Programa Acolher	Elaboração e envio do Relatório da 1ª Reunião anual do Programa Acolher.
Coordenação CAOPIJ	Modelo de Portaria de Instauração de Procedimento Preparatório	Remessa do material solicitado.
Promotoria de Justiça de Petrolina	Solicitação de modelos de peças referentes às condutas, deveres, formação continuada, afastamento e destituição de Conselheiros Tutelares; respostas às requisições ministeriais; e reestruturação do Conselho Tutelar.	Encaminhamento dos seguintes modelos: 01 de Portaria de instauração de Procedimento Administrativo; 02 de conversão de Procedimento Preparatório em Inquérito Civil; 02 de Termo de Ajustamento de Conduta; 04 de Recomendação e 02 de Ação Civil Pública.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude**  
**CAOPIJ**

Promotoria de Justiça de Inajá	Consulta acerca de Representação de ex-prefeito. Conflito de atribuição com o MPF. Verbas do FNDE. Ausência de prestação de contas do PNAE.	Demanda encaminhada ao CAOP Patrimônio Público, que enviou modelo de peça (Declínio de Atribuição).
Promotoria de Justiça de Paudalho	Solicitação de modelo de ACP, a fim de acionar o Estado a fornecer cuidador para criança com necessidades especiais que necessita de acompanhamento em sala de aula durante o período escolar.	Envio de modelo de ACP com pedido de obrigação de ofertar, imediatamente e de forma contínua, a todas as crianças e adolescentes diagnosticados com deficiência e necessidade de apoio escolar, o profissional de apoio escolar (ADI/PNE), sem prejuízo das demais medidas inerentes à oferta de Educação Especial.
Coordenação CAOPIJ	Pesquisa sobre a impossibilidade de atuação da Defensoria Pública como substituto processual em sede de ação de acolhimento institucional	Elaboração de minuta sobre a referida temática
Promotoria de Justiça de Buenos Aires	Solicitação de modelo de peça	Encaminhamento de modelo de cumprimento de decisão judicial que fixa obrigação de fazer estabelecida em Acordo Judicial celebrado nos autos de Ação Civil Pública.
Coordenação CAOPIJ	Elaboração de minuta do Ofício Circular nº 003/2018/CAOPIJ	Elaboração de minuta de ofício para encaminhamento do Guia Prático do Plantão da Infância e Juventude – Ato Infracional e da Res CPJ nº 003/2005, que institui o sistema de plantão
Promotoria de Justiça de São Vicente Férrer	Solicitação de modelos de Recomendação sobre Conselho Tutelar e aplicação de medidas de proteção.	Encaminhamento de 03 modelos de Recomendação sobre o tema.
Promotoria de Justiça de Jataúba	Solicitação de modelo de TAC referente a repasse das verbas destinada ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.	Envio de modelo de peça sobre a referida temática.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude**  
**CAOPIJ**

Coordenação CAOPIJ	Elaboração de minuta de nota técnica	Elaboração de minuta da Nota Técnica nº 01 – CAOPIJ, que trata da vedação de tratamento vexatório na aplicação da medida socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade.
Promotoria de Justiça de Salgueiro	Solicitação de modelos de peças sobre repasses financeiros a entidades de acolhimento municipais.	Encaminhamento de 08 (oito) peças relacionadas ao respectivo tema
Coordenação CAOPIJ	Elaboração de minuta de peça processual	Elaboração de minuta de manifestação ministerial
Promotoria de Justiça de Jaboatão dos Guararapes	Solicitação de orientação quanto à legislação referente a Repúblicas Jovens (política nacional de assistência social aos jovens que saíram de casas de acolhimento aos 18 anos sem serem adotados).	Envio do resultado da pesquisa, com base no documento “Orientações Técnicas: Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes”, aprovado pela Resolução Conjunta CNAS/CONANDA nº 1/2009; e na “Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais”, aprovada por meio da Resolução nº 109/ 2009, do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS
Coordenação CAOPIJ	Envio de peças jurídicas atinentes à temática Educação ao respectivo CAOP	Encaminhamento de 1- Declínio de Atribuição em favor da PGJ e PGR; e 2- Recomendação acerca de instruções nas situações de atos infracionais ou de indisciplina, praticados nas dependências de Estabelecimentos de Ensino.
Coordenação CAOPIJ	Elaboração de minuta de Nota Técnica	Elaboração da minuta da Nota Técnica nº 02/2018 - CAOPIJ, acerca da obrigatoriedade da dedicação exclusiva dos Conselheiros Tutelares.
Coordenadoria da Infância e Juventude do TJPE	Participação na 2ª Reunião anual do Programa Acolher, do Tribunal de Justiça de Pernambuco	Participação na 2ª Reunião anual do Programa Acolher, realizada no dia 12.04
Coordenadoria da Infância e Juventude do TJPE	Elaboração de Relatório da 2ª Reunião do Programa Acolher	Elaboração e envio do Relatório da 2ª Reunião do Programa Acolher



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude**  
**CAOPIJ**

Coordenação CAOPIJ	Solicitação de atualização de modelos de peças referentes a Acolhimento Institucional	Envio de modelos de Portaria de instauração de PP, PA e IC; de Recomendação; de Ação Civil Pública e de Ação de Acolhimento Institucional
Coordenação CAOPIJ	Designação para treinamento do curso do Sistema Eletrônico de Informações - SEI usar	Participação no treinamento do curso SEI usar
Promotoria de Justiça	Solicitação de modelos de peças	Envio de modelo de Formulário de verificação das condições de funcionamento dos Conselhos Tutelares e de Portaria de instauração de PA para Fiscalização de CT
Promotoria de Justiça de Betânia	Solicitação de modelos de peças	Encaminhamento de modelo de Ação para Destituição de Poder Familiar
Ministério Público de Goiás	Solicitação de informações quanto à existência, quantidade e locais no Estado do Pernambuco que possuam Vara Especializada de Execução de Medidas Socioeducativas.	Demanda encaminhada, através de Ofício, à Coordenadoria da Infância e Juventude do TJPE
Ministério Público da Bahia	Questionamento quanto à responsabilidade dos Conselheiros Tutelares em realizarem a entrega de adolescente autor de ato infracional, liberado pelo Ministério Público, após oitiva informal, aos pais ou responsáveis não presentes ao ato.	Demanda encaminhada, por e-mail, à 6ª PJDCC.
Promotoria de Justiça de Chã Grande	Solicitação de orientação sobre Projeto da PJ Chã Grande, relativo à cumulação da advertência (art. 28, I, LD) com a aplicação da medida de proteção prevista no art.101, II, do ECA, nas hipóteses de remissão, nos casos de posse de drogas para consumo pessoal.	Envio de resposta, por e-mail, conforme orientação da Coordenação.





**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude**  
**CAOPIJ**

Promotoria de Justiça	Solicitação de modelos de peças	Encaminhamento de modelo de ACP de obrigação de fazer, com pedido de tutela provisória de urgência ; e modelo de Ação de Acolhimento Institucional cc pedido de tutela de urgência - NCP
Coordenação CAOPIJ	Elaboração de minuta de ofício	Elaboração de minuta de ofício para encaminhamento da Cartilha "Conselho é com e eu gosto" aos Coordenadores de Circunscrição
Coordenação CAOPIJ	Solicitação de modelos de peças	Adaptação e envio de modelo de Representação por infração administrativa. Art. 258, ECA – sobre o acesso de criança ou adolescente a locais de diversão
Coordenação CAOPIJ	Pesquisa jurisprudencial: ECA x Princípio da "perpetuatio jurisdictionis"	Envio do material solicitado
Promotoria de Justiça	Solicitação de modelos de peças	Adaptação e envio de modelos de TAC sobre proibição da venda de bebidas alcoólicas e outras substâncias psicoativas a menores de 18 anos (art. 243, ECA).
Promotoria de Justiça de Salgueiro	Solicitação de material para palestra sobre adoção	Encaminhamento do material solicitado e sugestão de divulgação do Programa Acolher
Promotoria de Justiça de Canhotinho	Solicitação de envio da Nota Técnica nº 002/2018 - CAOPIJ	Envio da respectiva nota técnica
Promotoria de Justiça	Solicitação de modelos de peças	Adaptação e envio dos seguintes modelos: 1- Portaria de conversão de PP em IC – sobre Omissão do Conselho Tutelar; e 2- Portaria de instauração de IC- Destituição CT.
Coordenação CAOPIJ	Adaptação de modelos de peças jurídicas da Cartilha Educação Inclusiva e do Guia Creche e Pré-Escola	Adaptação e envio de modelos de Portaria de instauração de PP, PA e IC; modelo de Recomendação e de Ação Civil Pública; modelos de Ofícios a Vereadores, Conselho Tutelar e Prefeito



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude**  
**CAOPIJ**

Coordenação CAOPIJ	Pesquisa jurisprudencial sobre competência territorial para processar e julgar os crimes consistentes em disponibilizar ou adquirir material pornográfico envolvendo criança ou adolescente (arts. 241, 241-A e 241-B do ECA)	Envio do material solicitado
Coordenação CAOPIJ	Pesquisa jurisprudencial sobre crimes de racismo na internet	Envio do material solicitado
Coordenação CAOPIJ	Pesquisa jurisprudencial sobre crimes contra a honra na internet	Envio do material solicitado
Ministério Público do Ceará	Solicitação de modelo de agravo de instrumento para recorrer de decisão que indeferiu o pedido feito pelo Parquet de internação provisória do adolescente	Encaminhamento de dois modelos de peças: 1- Agravo de Instrumento contra decisão que indeferiu pedido de internação provisória a Adolescente autor de Ato Infracional; e 2- Agravo de Instrumento para manutenção da internação provisória.
Promotoria de Justiça de Olinda	Solicitação de envio de modelo de ACP para obrigar o Município a contratar profissional de Psicologia para o CREAS; e de indicação de base legal/ regulamentar que exige que o CREAS tenha, em seu corpo técnico, profissional de tal qualificação.	Envio de resposta e do modelo de ACP solicitados
Promotoria de Justiça de Poção	Elaboração de Parecer Técnico	Co-elaboração, junto com o colega Gilberto Lúcio, do Parecer Técnico nº 004/2018, ref. ao Inquérito Civil nº001/2017, da PJ de Poção-PE.
Promotoria de Justiça de Petrolândia	Solicitação de pesquisa sobre a necessidade de atendimento educacional especializado aos portadores de Transtorno do Espectro Autista.	Envio do material solicitado e modelos de peças (Modelo de Portaria de instauração de PA; Recomendação; TAC e ACP) pertinentes ao tema Educação Inclusiva.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude**  
**CAOPIJ**

Ministério Público do Ceará	Solicitação de modelo para rebater tese	Envio de pesquisa jurisprudencial sobre 1- a possibilidade de concessão parcial de liminar contra o Poder Público, em virtude da inexistência de caráter satisfativo; 2- hipóteses de mitigação da impossibilidade de concessão de medida que esgote o objeto da ação (art. 1º, §3º, da Lei nº 8437/92)
Coordenação CAOPIJ	Kit de modelos de peças sobre a Lei nº 13.431/2017 (Lei da Escuta Protegida)	Envio de KIT contendo 07 (sete) modelos de peças sobre a Lei nº 13.431/2017 (Lei da Escuta Protegida)
Ministério Público de Rondônia	Questionamento se o TJPE editou ato normativo que discipline o procedimento a ser adotado na escuta especializada e no depoimento especial, nos moldes da Lei nº 13.431/2017.	Resposta no sentido de que existem atos do TJPE anteriores à Lei nº 13.431/2017, quais sejam: 1 - O Provimento nº 07 de 13/05/2010; 2- A Portaria nº 47 de 16/06/2010; e 3- O Provimento nº 04 de 2015, informando que se encontra em trâmite, no Conselho da Magistratura do TJPE, proposta de alteração do Provimento, para adequação à Lei vigente.
Ministério Público do Ceará	Solicitação de modelo de procedimento que trata do aparelhamento de Conselho Tutelar.	Encaminhamento de modelos de peças concernentes à estruturação do Conselho Tutelar.
Coordenação CAOPIJ	Solicitação de modelo de peça	Envio de modelo de Recomendação acerca de festividades e regulamentação da entrada de crianças e adolescentes (art.149, ECA).
Coordenação CAOPIJ	Revisão ortográfica da Cartilha de Orientação aos Promotores de Justiça para atuação no Direito a Creches e Pré-escolas	Revisão ortográfica da Cartilha de Orientação aos Promotores de Justiça para atuação no Direito a Creches e Pré-escolas
Promotoria de Justiça	Solicitação de modelo de peça	Encaminhamento de modelo de Recomendação sobre carga horária do Conselho Tutelar
Coordenadoria da Infância e Juventude do TJPE	Participação na 3ª reunião ordinária do Comitê Gestor do Projeto Acolher, realizada no auditório da Coordenadoria da Infância e Juventude	Participação na reunião ordinária do Comitê Gestor do Projeto Acolher, realizada no auditório da Coordenadoria da Infância e Juventude, no dia 07/06/2018



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude**  
**CAOPIJ**

Coordenadoria da Infância e Juventude do TJPE	Elaboração de Relatório da 3ª Reunião do Comitê Gestor do Programa Acolher	Elaboração e envio do Relatório da 3ª Reunião anual do Programa Acolher.
Ministério Público do Rio Grande do Norte	Consulta sobre abordagem a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social em estabelecimentos privados	Demanda encaminhada, por ofício, à Secretaria de Desenvolvimento Social, Infância e Juventude
Promotoria de Justiça de São Vicente Férrer	Solicitação de arquivo da Lei Estadual n.º 16.003/2017	Envio do texto legislativo solicitado, que dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação, nas escolas públicas e privadas, no âmbito do Estado de Pernambuco, da cartilha institucional, “E agora? Perguntas e respostas sobre as medidas socioeducativas”, produzida pelo Ministério Público de Pernambuco.
Coordenação CAOPIJ	Solicitação de pesquisa de legislação	Envio da Lei Complementar Estadual n.º 12/94 e da Lei Complementar Estadual n.º 21/98.
Promotoria de Justiça	Solicitação de elaboração de minuta de peça	Envio de minuta de Ação de Acolhimento Institucional de adolescente portadora de deficiência auditiva
Coordenação CAOPIJ	Solicitação de encaminhamento de peça jurídica	Encaminhamento ao CAOP Educação da Portaria PJBOD n.º 003, de 29 de maio de 2018, para acompanhamento e fiscalização de políticas públicas, equipamentos e instituições relacionados à área de Educação, no município de Bodocó/PE.
Coordenação CAOPIJ	Solicitação de modelo de Peça	Adaptação e envio de modelo de Relatório de Inspeção dos Conselhos Tutelares e modelo de Portaria de Instauração de PA – funcionamento de CT.
Promotoria de Justiça São Vicente Férrer	Questionamento acerca da exigibilidade de legislação estadual e solicitação de modelos de peças/cartilhas	Envio de resposta, segundo orientação do Coordenador, Dr. Guilherme Lapenda, bem como dos modelos solicitados.
Coordenação CAOPIJ	Solicitação de modelo de peça	Adaptação e envio de modelo de Ata de Reunião do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude**  
**CAOPIJ**

		(SGDCA).
Coordenação CAOPIJ	Elaboração de minuta do Ofício nº 42/CAOPIJ	Elaboração de minuta de ofício para encaminhamento de Modelos de Peças e materiais concernentes à fiscalização do Conselho Tutelar.
Coordenação CAOPIJ	Atualização do banco de dados deste CAOPIJ, com Legislação, Jurisprudência e Modelos de peças referentes às atribuições do Ministério Público na área da Infância e Juventude.	Demanda permanente atendida

## **7.2 – Assessoria Técnica em Psicologia**

### **Gilberto Lucio da Silva – Analista Ministerial em Psicologia**

Conforme Resolução PGJ nº 01/2016, art. 49, foi prestada assistência às Promotorias de Justiça em ações e procedimentos que envolvam conhecimentos técnicos na área de Psicologia, conforme atribuições do cargo de Analista Ministerial, área Psicologia:

- ✓ Realizar avaliações sobre a prestação de serviços em entidades públicas e privadas, enfocando os aspectos psicológicos e psicossociais, utilizado-se de instrumentos da psicologia;
- ✓ Realizar avaliações psicológicas e perícias em sua área de atuação, inclusive na participação de discussão de casos clínicos junto a equipes profissionais de saúde;
- ✓ Realizar estudos e pesquisas relacionados à área de Psicologia;
- ✓ Prestar informações técnicas sob a forma de pareceres, laudos e relatórios em matérias de sua área de formação ou especialização, indicando a fundamentação técnica, métodos e parâmetros aplicados;
- ✓ Executar outros trabalhos técnicos ou administrativos inerentes à sua área de atuação, designados por autoridade competente.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude**  
**CAOPIJ**

**7.2.1 – Demandas específicas atendidas**

<b>Ação</b>	<b>Descrição Sumária</b>	<b>Período</b>
TAP Conselho é Bom e eu Gosto	Elaboração do Resumo Executivo do Projeto	Janeiro/2018
Campanha Ser Criança nas rede sociais Facebook e Instagram	Confecção de 05 (cinco) posts para campanha do Projeto CAOPIJ Online	Janeiro (fase I – cinco postagens) e maio (fase II – seis postagens)
Campanha Infância Informa	Confecção dos posts: Nota Técnica 03/2018; Cadastro Atualizado; Escuta Especializada e Depoimento Especial; Divulgação da página e da Lei no. 16003/2017.	Ação permanente
Manutenção e atualização da página CAOP Infância e Juventude em rede social	Pesquisa e publicação de matérias e postagens afetas ao âmbito dos Direitos de Crianças e Adolescentes	Ação permanente
Utilização da Rede Social Instagram	Inserção da página do CAOPIJ na rede social Instagram	Ação permanente
Estatística de Avaliação dos Seminários do Projeto Conselho é Bom e eu Gosto	Organização das estatísticas de avaliação dos eventos de Arcoverde, Caruaru e Garanhuns	Março/2018
Relatório Seminários do Projeto Conselho é Bom e eu Gosto	Descrição das atividades dos eventos de Arcoverde, Caruaru e Garanhuns	Abril/2018
Mapeamento PMSE	Atualização de dados sobre a implantação dos Planos de Atendimento Municipal Socioeducativo	Maio/2018 - Inserção dos dados encaminhados no primeiro trimestre
Cartilha Conselho é Bom e eu Gosto	Pesquisa e elaboração de material de apoio para projeto	Abril/2018
Cartilha Convívio Protetor	Pesquisa e elaboração de material de apoio para projeto	Encaminhada para Assessoria de Comunicação – março/2018





**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude**  
**CAOPIJ**

Inscrição de projeto no Prêmio CNMP	Seleção e organização de documentação sobre o projeto executado no 2016/2017	Março/2018
Apresentação Visual do Projeto Conselho é Bom e eu Gosto	Confecção de apresentação em Power-Point	Março/2018
Parecer Técnico I	Avaliação da Adequação do PMSE Camaragibe	Abril/2018
Parecer Técnico II	Avaliação da Adequação do PMSE Tamandaré	Abril/2018
Parecer Técnico III	Avaliação da Adequação do PMSE Jaqueira	Abril/2018
Capacitação Curso Sistema Eletrônico de Informações - SEI! USAR	Aviso SGMP 007/2018, em 06/03/2018	Abril/2018
Projeto CAOPs em Ação	Elaboração de Resumo Executivo do Projeto	Em desenvolvimento
Nota Técnica III	Condições legais e éticas para exercício/quebra do sigilo profissional no atendimento psicológico	Concluída e divulgada no Ciranda de Notícias nº 11/2018, nas páginas do Facebook e do Instagram, mantidas pelo CAOPIJ, e em matéria jornalística no DOE.
Legislação sobre horário de funcionamento do Conselho Tutelar	Consulta da PJ São Vicente Férrer	Encaminhadas cartilhas sobre a temática para e-mail funcional (abril/2018)
Projeto Criando Espaços na Rede de Atenção	Avaliação da retomada dos seminários previstos para todas as Circunscrições Ministeriais	1. Indicação de consulta ao CAOP Saúde para avaliar a oportunidade da ação; 2. Verificar a agenda dos colaboradores para definição do cronograma.
Capacitação para administrar página do CAOPIJ no Portal do MPPE	Treinamento para utilização do módulo de alimentação do Portal do MPPE	Maio/2018
Avaliação da Adequação do PMSE Poção	Elaboração do Parecer Técnico IV	Maio/2018



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude**  
**CAOPIJ**

Pesquisa do trabalho desenvolvido no âmbito da Infância e Juventude nos Ministérios Públicos estaduais	Inclusão de links para os sites específicos de 26 (vinte e seis) Ministérios Públicos Estaduais na página do CAOP Infância e Juventude	Maio/2018
Atualização do Cadastro de Instituições de Acolhimento de Pernambuco	Conferência e publicação dos dados de todos os serviços de acolhimento institucional em atividade no Estado de Pernambuco	Maio/2018
Inserção de novos links e arquivos no portal do MPPE	Inclusão de arquivos nas pastas Cartilhas e Manuais, Instrumentos Jurídicos e COPEIJ	Ação permanente
Divulgação de Notícias na página do CAOP Infância e Juventude	Elaboração e inserção de textos e posts na categoria Notícias na página do CAOP Infância e Juventude	Ação permanente
Recebimento e movimentação das guias de trabalho de competência da Equipe Psicossocial	Consulta à movimentação do sistema ARQUIMEDES	Ação permanente
Ciranda de Notícias	Inserção das informações e documentos anexos, correspondentes à Ciranda de Notícias 019/2017 e 001 a 011/2018, na página do CAOPIJ, no portal do MPPE.	Junho/2018
Campanha Datas e Eventos no Facebook	Elaboração e divulgação de postagens no Dia Internacional da Família, Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual, e Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil.	Ação permanente
PJDC Olinda	Especificação do público-alvo do atendimento realizado por CAPS, conforme portarias do Ministério da Saúde.	Junho/2018
Relatório Projeto Novos Horizontes	Relatoria do Encontro realizado em Fernando de Noronha	Concluído
Administração da página do CAOP	Edição e atualização da página eletrônica do MPPE referente	Ação Permanente



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude**  
**CAOPIJ**

Infância no Portal do MPPE	ao espaço reservado ao CAOP Infância e Juventude..	
MPRN	Elaboração da parte específica do relatório semestral de atividades do CAOP Infância e Juventude; Revisão da totalidade do relatório.	Junho/2018
Relatório Semestral de Atividades	Elaboração da parte específica do relatório semestral de atividades do CAOP Infância e Juventude; Revisão da totalidade do relatório.	Junho/2018

**7.2.2 – Projeto Conselho é Bom e Eu Gosto: Priorizando o aperfeiçoamento dos Conselhos Tutelares em Pernambuco**



Durante a realização de eventos promovidos e organizados pelo CAOP Infância e Juventude, em que o Conselho Tutelar se faz presente e é convocado a esclarecer modelos de atuação e fluxos de trabalho, observou-se ser frequente a apresentação de algumas questões: Quais são as características do Conselho Tutelar no que tange à sua criação e composição? Quais são os padrões e os recursos financeiros disponíveis para o seu efetivo funcionamento? Quais são as suas atribuições e competências? Quais os critérios de sua articulação com o Ministério Público e o Judiciário? O que esperar de sua intervenção em situações específicas, que vão desde a atenção nos casos de saúde mental, violência e prática de trabalho infantil, até eventos associados ao direito à Educação e requisição de serviços públicos?

Ao estabelecer que o dever de assegurar à criança e ao adolescente o respeito aos seus direitos e às suas garantias compete ao Estado, à família e à sociedade, a Constituição Federal de 1988, em seu art. 227, cria as bases para que a figura do



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude**  
**CAOPIJ**

“Conselho Tutelar”, disciplinada pelo art. 131 do ECA, seja caracterizada como sendo *“órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente”*, tornando-se o principal responsável pela parcela de responsabilidade atribuída à sociedade.

Enquanto espaço de proteção, o Conselho Tutelar é composto por cidadãos da comunidade que têm como função executar as decisões da política de atendimento e os direitos previstos na Constituição Federal (art. 227), seja requisitando serviços seja acionando a Justiça para garantir esses direitos. Desse modo, foi com a criação dos Conselhos Tutelares que se abriu à sociedade a possibilidade de gerenciar os legítimos interesses de suas crianças e seus adolescentes, apartando uma visão que os mantinha enquanto assunto de segurança ou de justiça social.

Tendo seu funcionamento pautado pela participação popular, pela representação social e embasado na realidade local, o Conselho Tutelar pode, em princípio, acessar o problema de maneira muito mais célere, evitando práticas burocráticas e a judicialização das ações que visam garantir o atendimento de direitos das crianças e dos adolescentes.

O projeto **Conselho é Bom e Eu Gosto: Priorizando o aperfeiçoamento dos Conselhos Tutelares em Pernambuco** visa contribuir para que a ação ministerial possa não apenas fiscalizar, mas, de igual modo, incentivar e garantir a definição de princípios, critérios legais e operacionais nas intervenções dos Conselhos Tutelares, de modo a qualificar suas decisões, padronizando-as, contribuindo para aperfeiçoar seu papel social e a execução de suas medidas.

O intercâmbio permanente do Ministério Público, por meio da realização de encontros temáticos regionais, pode resultar em valorosa estratégia de aperfeiçoamento, permitindo a troca de experiências e conhecimentos, posto que a aproximação do Promotor de Justiça com o Conselho Tutelar nos Municípios que integram a sua Comarca pode trazer um impacto determinante na busca de uma maior proximidade de toda a sociedade.

Voltados a Promotores de Justiça, Conselheiros Tutelares, Conselheiros de Direitos da Criança e do Adolescente e equipes interprofissionais da rede de atenção, esses encontros visam alcançar o objetivo mais amplo, contido no projeto em tela,



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude**  
**CAOPIJ**

qual seja: Incentivar e garantir a definição de princípios, critérios legais e operacionais nas intervenções dos Conselhos Tutelares do Estado de Pernambuco.

Compõem esses projeto, as seguintes ações:

- Articulação intersetorial para a realização de diagnóstico atualizado da demanda e da oferta de Conselhos Tutelares em todos os municípios do Estado de Pernambuco;
- Realização de reuniões com os Promotores de Justiça que aderirem ao projeto para assessoramento das ações de criação, manutenção, funcionamento e aperfeiçoamento dos Conselhos Tutelares;
- Promoção de encontros, em cada Circunscrição Ministerial, com os interlocutores responsáveis pela política municipal para a criança e o adolescente (Conselho Municipal da Criança e Adolescente, Conselhos Tutelares, Vara da Infância e Juventude, Secretaria Municipal de Serviço Social do Município, Ministério Público de Pernambuco e abrigos da rede municipal), para promover a adequação da estrutura e funcionamento dos Conselhos Tutelares locais;
- Elaboração e divulgação da cartilha “Conselho é bom e eu gosto: priorizando o aperfeiçoamento dos Conselhos Tutelares”, contendo material compilado com a síntese da legislação quanto à estruturação, características de funcionamento, competências e critérios de integração operacional do Conselho Tutelar com o Promotor de Justiça, além de estratégias e modelos de peças (Portaria de IC/PP, ofícios requisitórios, termo de audiência, Recomendação, TAC, ACP) para auxiliar os Promotores de Justiça na identificação da demanda e na indução da política de descentralização político-administrativa (art. 88, ECA), para a criação, instalação e manutenção do Conselho Tutelar (art. 134, ECA).

Com o total de 164 (cento e sessenta e quatro) participantes, o público alcançado nos quatro primeiros eventos ficou assim distribuído:

- Caruaru (20/03/2018): 46 participantes (dos municípios de Agrestina, Altinho, Bezerros, Brejo da Madre de Deus, Cachoeirinha, Caruaru, Camocim de São Félix, Cupira, Ibirajuba, Jataúba, Panelas, Riacho das Almas, Santa Cruz do Capibaribe, Sairé, São Caetano, Taquaritinga do Norte, Toritama e Tacaimbó);



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude**  
**CAOIJ**

➤ Garanhuns (21/03/2018): 54 participantes (dos municípios de Águas Belas, Angelim, Bom Conselho, Terezinha, Brejão, Caetés, Calçado, Canhotinho, Capoeiras, Correntes, Garanhuns, Iati, Itaíba, Jupi, Jucati, Jurema, Lagoa do Ouro, Lajedo, Palmeirina, Saloá, Paranatama e São João);

➤ Arcoverde (22/03/2018): 42 participantes (dos municípios de Arcoverde, Alagoinha, Belo Jardim, Buíque, Tuapanatinga, Ibimirim, Inajá, Manari, Pedra, Pesqueira, Poção, Sanharó, São Bento do Una e Venturosa);

➤ Fernando de Noronha (24/05/2018): 22 (vinte e dois) participantes da rede de proteção, além dos alunos da Escola Estadual ali situada.



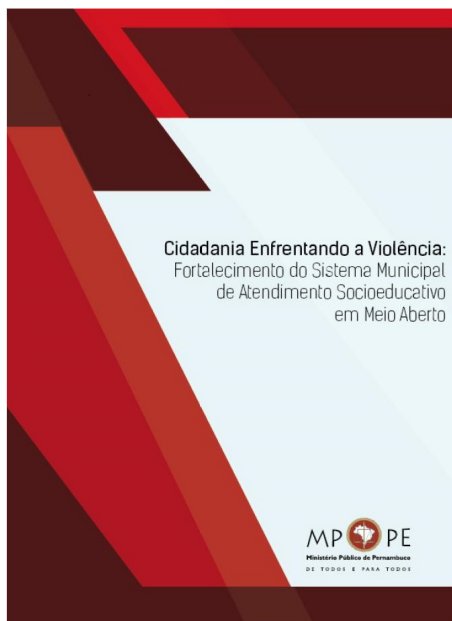
A avaliação dos 04 (quatro) eventos já realizados encontra-se disponível na página do CAOP Infância e Juventude, e pode ser acessada em: <http://www.mppe.mp.br/mppe/institucional/caops/caop-defesa-da-infancia-e-juventude/projetos/projeto-conselho-e-bom-e-eu-gosto/category/618-acoes>.





**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude**  
**CAOPIJ**

**7.2.3 – Projeto Cidadania Enfrentando a Violência: fortalecimento do sistema municipal de atendimento socioeducativo**



O advento da Lei nº 12.594/2012 determinou a elaboração e efetiva implementação nas três esferas de governo de uma política pública especialmente destinada ao atendimento de adolescentes autores de ato infracional, por meio dos planos de atendimento socioeducativo, com abrangência decenal e aprovação por conselhos estaduais e municipais de direitos, que incluam a oferta de programas destinados à execução das medidas socioeducativas em meio aberto, a cargo dos municípios, e privativas de liberdade, sob a responsabilidade dos estados.

O projeto em tela foi desenvolvido a partir de três grandes eixos:

- Promoção de um amplo diagnóstico da situação de atendimento às medidas socioeducativas em meio aberto no estado de Pernambuco;
- Garantia do acesso as informações aos adolescentes e famílias que estão passando por situações que envolvem medidas protetivas ou socioeducativas, de modo que possam compreender os elementos e etapas do processo e garantir o exercício de direitos e deveres;
- Instrumentalização e orientação metodológica para ação do Ministério Público direcionada à elaboração e implantação dos Planos municipais de medida socioeducativa e expansão dos serviços de proteção social de adolescentes em cumprimento de medida em meio aberto.

Como parte de sua execução foram elaboradas as cartilhas:

- ✓ **Cidadania enfrentando a violência: fortalecimento do sistema municipal de atendimento socioeducativo em meio aberto**, que busca promover a ação articulada de Promotores de Justiça com atribuição na infância e juventude para consecução de dois objetivos: a implantação dos planos Municipais de Atendimento socioeducativo, bem como a expansão e



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude**  
**CAOPIJ**

qualificação dos Serviços de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Aberto;

- ✓ **E agora? Perguntas e respostas sobre as medidas socioeducativas**, com projeto organizado e redigido pela ex-coordenadora do CAOPIJ, promotora de justiça Ana Carolina de Sá Magalhães, a cartilha foi atualizada e efetivamente implementada, em 2015, com o objetivo de levar informações aos adolescentes e famílias que estão passando por situações que envolvem medidas protetivas ou socioeducativas para que compreendam o processo e possam estar atentos e exercer seus direitos e deveres.



Ambas as cartilhas, e outras produzidas pela equipe do CAOPIJ começaram a ser distribuídas no segundo semestre de 2016, tendo sido enviadas para a Comissão Nacional da Infância e da Juventude do Conselho Nacional do Ministério Público, para o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, para as bibliotecas do MPPE, do TJPE e da OAB, entre outras entidades jurídicas, e para as Promotorias de Justiça de 185 municípios do Estado de Pernambuco.

Destaque-se que as escolas públicas e privadas de Pernambuco têm, desde a promulgação da Lei Estadual nº 16.003/2017, a obrigação legal de possuir, no mínimo, dois exemplares da cartilha E agora? Perguntas e respostas sobre as medidas socioeducativas, a fim de permitir que pais, alunos e profissionais da educação tenham acesso fácil ao material.

De acordo com o texto da lei, as instituições de ensino devem ainda afixar, em locais de fácil visualização, cartazes informando que a escola dispõe dos exemplares da cartilha elaborada pelo MPPE.

O mapeamento da demanda de atendimento socioeducativo no âmbito municipal destacou que apenas 34,05% (63) das comarcas do estado de Pernambuco apresentaram dados sobre a realidade local das medidas socioeducativas em Meio

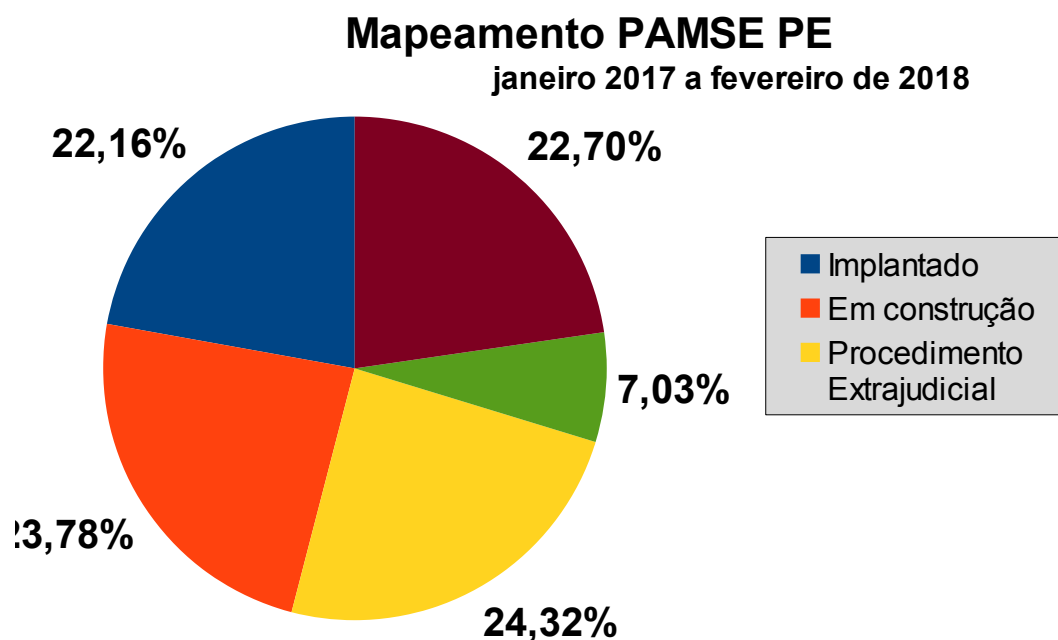


**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude**  
**CAOIJ**

Aberto; A precariedade inicialmente verificada na implementação das MSEMA, pode ser contraposta ao Perfil dos adolescentes residentes na comarca de Recife atendidos no plantão da infância e juventude da capital 2016/2017 (realizado pelo CAOP Infância e Juventude), em que quase metade dos adolescentes residiam em outras comarcas do estado, sinalizando que a falta do devido acompanhamento pode estar associada a maior vulnerabilidade para o envolvimento com atos infracionais.

A atualização e quantificação dos dados, concluída em 12 de março de 2018, evidencia que o Mapeamento da implantação dos Planos Municipais de Atendimento Socioeducativo (PMASE), com base nas informações colhidas pelas Circunscrições Ministeriais, a partir do recebimento de respostas, por meio de ofícios e certidões oriundos das Varas de Justiça de cada Comarca e das prefeituras municipais consultadas, apresentou a seguinte configuração:

a) Quanto ao quesito mapeamento da implantação dos PMASE, 146 comarcas (78,91%) do estado retornaram a solicitação encaminhada pelas Sedes de cada Circunscrição Ministerial, e reiterada pelas Promotorias de Justiça de cada município, conforme gráfico a seguir.





**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude**  
**CAOPIJ**

b) A distribuição das respostas por Circunscrição apresentou-se conforme a tabela a seguir.

Informação sobre Implantação do PMSE																	
Circunscrição	Capital	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	XIII	XIV	Fernando de Noronha	Tota
Municípios	1	16	7	13	14	22	18	11	13	8	13	19	10	3	16	1	185
Respostas	1	15	3	5	13	20	15	10	13	8	10	11	10	3	9	0	146

c) Com relação ao total de 146 (cento e quarenta e seis) municípios que informaram a situação atual, cerca de 137 (cento e trinta e sete) responderam positivamente quanto à existência do plano, sendo que desse número, 41 (quarenta e um) estão com o plano em execução, e 96 (noventa e seis) estão construindo o PMASE.

d) Entre os 42 (quarenta e dois) municípios que, inicialmente, informaram a não implementação do plano, houve abertura de procedimento extrajudicial no acompanhamento da temática pelo MPPE em 30 (trinta) casos, restante apenas 07 (casos) em que a negativa não resultou em intervenção.

e) Cerca de 22,7% dos municípios do estado não encaminharam até o momento manifestação quanto à existência ou não do PMASE.

Foram baixadas 13 Portarias, sendo 01 Procedimento Preliminar de Investigação (PJ Belo Jardim) e 12 Procedimentos Administrativos para acompanhamento (PJs Angelim, Bom Conselho, Brejão, Buíque, Camocim de São Félix, Cachoeirinha, Correntes, Cupira, Pannels, Rio Formoso, Toritama e Tupanatinga). Um Termo de Ajustamento de Conduta (PJ Lagoa do Ouro) foi celebrado e 17 Recomendações foram expedidas (PJs Aliança, Agrestina, Bezerras, Escada, Ibirajuba, Inajá, Jucati, Jupi, Pedra, Macaparana, Manari, Mirandiba, Nazaré da Mata, São José do Belmonte, Sertânia, Solidão e Tabira). Houve ainda a instauração de 20 Inquéritos Cíveis (PJs Calçado, Gravatá, Iati, Ibimirim, Inajá, Itaíba, Jaqueira, Jurema, Lagoa do Ouro, Manari, Maraial, Olinda, Palmares, Poção, Quipapá, São Benedito do Sul, São Bento do Una, São José da Coroa Grande, Sirinhaém e Tamandaré).

Destaque-se que um total de 12 (doze) PMASE para conhecimento e/ou análise para o CAOP Infância e Juventude.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude**  
**CAOIJ**

#### **7.2.4 – Projeto Convívio Protetor: Implementando programas de Acolhimento Familiar**

A última década do século XX, no Brasil, é caracterizada pela organização de um conjunto de ações na proteção dos direitos de crianças e adolescentes, no qual, o acolhimento familiar, que existia informalmente passou a se desenvolver em atenção à perspectiva de uma política pública (VALENTE, 2013). Com a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), em 2004, o tratamento de direitos humanos e sociais passa a compor a agenda dos entes públicos, na condição de compromisso universal cuja responsabilidade cabe ao setor público e estatal. Caracterizada como direito do cidadão e dever do Estado, a criação e manutenção de serviços de acolhimento familiar enquanto política pública teve, desse modo, sua implementação regulamentada em todo o território nacional.

E, conforme preconizado no art. 34, da Lei 12.010, de 2009, o acolhimento familiar passou a ter preferência em relação ao acolhimento institucional, muito embora se constate que a realidade da efetivação do acolhimento de crianças e adolescentes no Brasil ainda se revela predominantemente vinculada à institucionalização (ROCHA, 2004).

Em Pernambuco, o Programa Família Acolhedora da Prefeitura do Recife, regulamentado em 2009, se propunha a cadastrar e preparar famílias da comunidade para acolher provisoriamente a criança ou o adolescente afastado temporariamente de sua família de origem, de modo a possibilitar o desenvolvimento de suas potencialidades e a oferta de apoio às suas famílias, favorecendo a reintegração de seus filhos. Em conformidade com a Lei Municipal N.º 17.255/2006, ficou estabelecido o acolhimento temporário de crianças ou adolescentes em ambiente familiar devidamente autorizado por termo de guarda provisória expedido pelo Poder Judiciário (art. 2º).

Rizzini e cols. (2006), definem essa modalidade de caráter formal de acolhimento familiar como “uma modalidade de atendimento destinado a crianças e adolescentes que, por algum motivo, precisam ser afastados de sua família, em



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude**  
**CAOPIJ**

caráter provisório e excepcional, e são inseridos no seio de outra família, que é preparada e acompanhada como parte de uma proposta de política pública.” (p. 59).

Martins (2005) observa que de um ponto de vista sistêmico, o acolhimento familiar é um sistema constituído por três subsistemas básicos – os pais biológicos, a criança e a família de acolhimento, e configura-se como uma resposta social especialmente útil, na perspectiva da reintegração e do apoio à criança e à família. Mais além de garantir a proteção à criança e ao adolescente do risco físico ou psíquico iminente ou recorrente no seu contexto originário, a proposta desse serviço de acolhimento pode prestar os cuidados necessários e facultar uma oportunidade de acesso a modos relacionais eventualmente distintos dos vividos no seio da família biológica. Posto que a família acolhedora desempenha um papel supletivo em relação a família de origem, e isso é feito por um intervalo tempo que deve preceder e é organizado no sentido da reunificação familiar, caracterizando uma modalidade de apoio às famílias que vivenciam circunstâncias desfavoráveis, e estão temporariamente impedidas de desempenhar normalmente as suas funções.

A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (CNAS, 2009), conceitua o Acolhimento Familiar como “serviço que organiza o acolhimento de crianças e adolescentes, afastados da família por medida de proteção, em residência de famílias acolhedoras cadastradas. É previsto até que seja possível o retorno à família de origem ou, na sua impossibilidade, o encaminhamento para adoção. O serviço é o responsável por selecionar, capacitar, cadastrar e acompanhar as famílias acolhedoras, bem como realizar o acompanhamento da criança e/ou adolescente acolhido e sua família de origem.”

Em princípio, compreende-se que esse serviço é particularmente indicado para casos em que haja efetiva possibilidade de retorno à família de origem, nuclear ou extensa. Por essa razão, o interesse da família acolhedora não deve ser o de adotar, mas antes o de ofertar provisoriamente cuidados e proteção, para crianças e adolescentes afastados de sua família de origem, prestando-lhes todo apoio no sentido de preparar seu retorno à família original, extensa ou substituta.

O projeto ora apresentado pelo CAOP Infância e Juventude se propõe a realizar mais uma ação para a efetivação da Política de Proteção as Crianças e Adolescentes em situação de vulnerabilidade, abandono e/ou risco, e parte do princípio da





**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude**  
**CAOPIJ**

importância da preservação do vínculo familiar, promovendo a articulação intersetorial para efetivação do programa. Tem como meta estabelecer a priorização no atendimento de um perfil específico, a saber: que crianças/adolescentes com indicação de acolhimento e com possibilidade de retornar ao convívio familiar possam ser inseridos temporariamente em uma família acolhedora.

Parte-se do entendimento de que o período que as crianças e adolescentes estão sob responsabilidade da família acolhedora pode permitir a realização de um trabalho com a família de origem no sentido de possibilitar sua reorganização e reassumir seus filhos. Este trabalho pode e deve ser realizado de forma articulada entre os diversos serviços da rede social da família, frente a um planejamento de intervenção comum.

Ressalte-se que, durante todo o período que a criança/adolescente permanecer com a família acolhedora, sua família de origem poderá visitá-la para a preservação do vínculo familiar.

A ação ministerial pode contribuir para definição de critérios para a inclusão no PAF de crianças e dos adolescentes sob a responsabilidade das Varas da Infância e da Juventude, dos serviços de acolhida para crianças e adolescentes, ou dos Conselhos Tutelares, definindo, inclusive, o quantitativo de crianças e famílias a serem beneficiadas em cada contexto.

Além disso, o acompanhamento pelo Promotor de Justiça da implementação dos programas visa garantir, em princípio, a ampla divulgação, acolhida e avaliação inicial, avaliação documental, seleção, capacitação, cadastramento e acompanhamento das famílias acolhedoras, uma vez que um processo de seleção e capacitação criterioso é essencial para a obtenção de famílias acolhedoras com perfil adequado ao desenvolvimento de suas funções, possibilitando a oferta de um serviço de qualidade aos usuários. Na sequência, pode-se estabelecer a avaliação continuada da eficácia dos procedimentos previstos para a implantação do PAF, bem como a capacitação de todos os profissionais envolvidos na execução do projeto.

➤ Realizar o diagnóstico da demanda e da oferta para a implementação de programas municipais do PAF, com base nas respostas à consulta realizada com apoio das Circunscrições Ministeriais;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude**  
**CAOPIJ**

- Divulgar o programa Família Acolhedora como uma resposta mais personalizada de atendimento, proporcionando às crianças e aos adolescentes o atendimento de suas necessidades individuais de uma forma mais particularizada, procurando minimizar os prejuízos físicos e emocionais ocasionados pelo afastamento temporário de sua família de origem;
- Oportunizar o debate, em cada Circunscrição Ministerial, com os interlocutores responsáveis pela política municipal para a criança e o adolescente (Conselho Municipal da Criança e Adolescente, Conselhos Tutelares, Vara da Infância e Juventude, Secretaria Municipal de Serviço Social do Município, Ministério Público de Pernambuco e abrigos da rede municipal), quanto à necessidade de criar alternativas à colocação de crianças e adolescentes em acolhimento institucional;
- Elaboração da cartilha “Convívio Protetor: Implementando programas de Acolhimento Familiar”, voltada aos promotores de Justiça e gestores contendo princípios e orientações sobre o tema.

#### **7.2.5 – Projeto CAOPIJ ONLINE**



**infânciaejuventudemppe**

**www.mppe.mp.br**

Alinhado ao posicionamento do Conselho Nacional do Ministério Público, notadamente ao Comitê de Política de Comunicação, criado pela Portaria CNMP-PRESI nº 058/2010, e atento à Resolução PGJ nº 009/2011, que regulamenta a criação e utilização de blogs e a utilização de redes sociais no âmbito do MPPE, o CAOP Infância e Juventude realizou os preparativos estruturais e operacionais para o lançamento de sua página virtual [www.facebook.com/infanciaejuventudemppe](https://www.facebook.com/infanciaejuventudemppe), na rede social Facebook, em 27 de julho de 2016.

Essa ação busca dotar seus procedimentos de uma nova dimensão social, capaz de retroalimentar-se em tempo real, a partir do interesse e das ideias que são apresentadas por diferentes grupos sociais, vez que o protagonismo crescente das redes sociais está a exigir a integração dos gestores públicos.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude**  
**CAOPIJ**

**Os principais objetivos do projeto são:**

- Planejamento de campanhas permanentes e/ou temporárias pertinentes aos direitos da infância e da juventude, além de peças (postagens), criação de uma linha editorial, atendimento ao público e acompanhamento do movimento da rede.
- Produzir, com apoio da Assessoria Ministerial de Comunicação, postagens, assinaturas, logomarcas e outros elementos visuais adequados à métrica (adequação no uso de imagens e textos) e as ferramentas de difusão das redes sociais.
- Alimentar, com base nos padrões qualitativos de manejo das redes sociais, a página [www.facebook.com/infanciaejuventudemppe](http://www.facebook.com/infanciaejuventudemppe) com material de campanhas institucionais, notícias de sites, divulgação de eventos, além de compartilhar conteúdo de outras instituições.

A equipe faz uso de um Termo de Uso, nos moldes das regras de conduta estabelecidas pelo Conselho Nacional do Ministério Público:

“Não serão aceitos comentários:

1. que violem qualquer norma vigente no Brasil, seja municipal, estadual ou federal;
2. com conteúdo calunioso, difamatório, injurioso, racista, de incitação à violência ou a qualquer ilegalidade, ou que desrespeite a privacidade alheia;
3. com conteúdo que possa ser interpretado como de caráter preconceituoso ou discriminatório a pessoa ou grupo de pessoas;
4. com linguagem grosseira, obscena e/ou pornográfica;
5. de cunho comercial e/ou pertencentes a correntes ou pirâmides de qualquer espécie;
6. que caracterizem prática de spam;
7. com pedidos, denúncias, representações ou reclamações disciplinares referentes à área de atuação do CNMP.”



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude**  
**CAOPIJ**

Até o momento, a equipe implementou 06 (seis) campanhas resumidas na tabela a seguir:

<b>Campanha</b>	<b>Período</b>	<b>Perfil</b>	<b>Publicações</b>
<b>Por dentro do CAOPIJ</b>	julho/2016	Temporário	05
<b>ECA simplificado</b>	agosto/2016 a janeiro/2017	Temporário	40
<b>Infância Informa</b>	outubro/2016 a junho/2018	Permanente	25
<b>Datas e Eventos</b>	agosto/2016 a junho/2018	Permanente	22
<b>O Lugar do CT</b>	fevereiro a agosto/2017	Temporário	17
<b>Ser Criança</b>	Janeiro a maio/2017	Permanente	11
<b>TOTAL</b>	julho/2016 a junho/2017	--	120

Cada uma das campanhas tem perfil diferenciado de publicações, podendo ter alcance temporário, restrito a um período específico, previamente programado, ou ser eventual e permanente, tendo como objetivos específicos:

- a) **Por dentro do CAOPIJ** – apresenta as atribuições do CAOPIJ de forma simples e direta para o público interno e para a população em geral (5 produções publicadas);
- b) **ECA Simplificado** – propõe transmitir, de forma simplificada, os direitos contidos no Estatuto da Criança e do Adolescente, para toda a população (40 produções publicadas);
- c) **Infância Informa** – Apresenta temas relevantes no âmbito da área infantojuvenil, procurando abordar de forma simples conceitos do Sistema de Garantia de Direitos, da intervenção jurídica, e do campo da saúde mental, educação e assistência social voltadas para o público infantojuvenil (25 produções publicadas);
- d) **Datas e eventos** – Informa sobre datas comemorativas da infância e da juventude e divulga eventos do MPPE e outros órgãos que atuam na área, a exemplo dos demais ministérios públicos estaduais e federal, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), do Ministério da Justiça e Cidadania, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), da Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude**  
**CAOPIJ**

(ABRAMINJ), da Rede Nacional Primeira Infância, do Instituto Brasileiro do Direito de Família (IBDFAM), do UNICEF Brasil, do Observatório da Criança e do Adolescente/Fundação Abrinq, entre outros (22 produções publicadas);

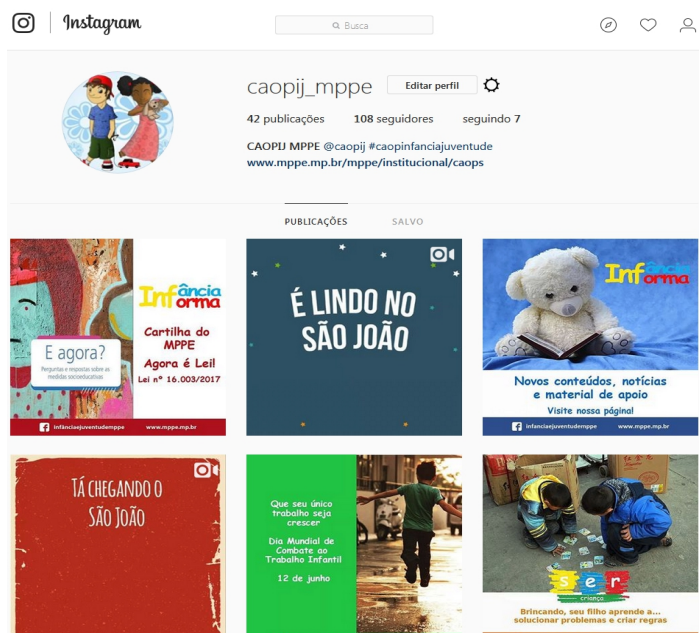
- e) **O Lugar do Conselho Tutelar** – Tem por objetivo difundir as atribuições e as competências do Conselho Tutelar, enquanto órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, conforme preceitua o art. 131, do ECA (17 produções publicadas).
- f) **Ser Criança** – campanha idealizada tendo como meta difundir concepções e/ou reflexões **sobre** o contexto sociocultural ao qual ela pertence quanto sobre a própria criança, compreendendo-a não somente um produto da cultura, mas enquanto criadora de culturas; um ser que, em sua alteridade em relação ao mundo adulto, apresenta um jeito particular e especial de interagir com o mundo, conforme se manifesta, por exemplo, na brincadeira, na qual a criança revela sua capacidade de ampliar, transformar e ressignificar a realidade em que vive (11 produções publicadas).

Além de Promotores de Justiça e servidores do MPPE, o público-alvo do projeto inclui profissionais do Sistema de Garantia de Direitos (SGD), Juízes, Defensores Públicos, Conselheiros Tutelares, servidores das Varas de Justiça, equipes interprofissionais das unidades de Acolhimento Institucional e Socioeducativas, servidores das secretarias municipais e estadual de Infância e Juventude, Educação, Saúde e Assistência Social, e Conselheiros de Direitos da Criança e do Adolescente, a fim de proporcionar informações de caráter técnico e educativo, ampliando o acesso da sociedade à justiça.

Em 29 de janeiro de 2018, foi iniciado o uso da rede social Instagram, voltada ao compartilhamento de fotos e vídeos entre seus usuários, que permite aplicar filtros digitais e compartilhá-los em uma variedade de serviços de redes sociais, como o Facebook. Até o momento, 42 publicações foram realizadas.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude**  
**CAOIJ**



Após treinamento para utilização do módulo de alimentação do Portal do MPPE, realizado em maio de 2018, passamos a atualizar a página do CAOP Infância e Juventude com notícias, artigos, modelos de peças, projetos e outros arquivos referentes à temática.







**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude**  
**CAOPIJ**

## **8. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Visando desenvolver ações de organização administrativa, projetos técnico-institucionais no âmbito da estruturação de serviços públicos em educação, em saúde, e de fortalecimento da rede de acolhimento institucional e do sistema socioeducativo, o CAOP Infância e Juventude, órgão auxiliar das atividades funcionais do Ministério Público, tem privilegiado a promoção e a troca de informações nos municípios vinculados a cada circunscrição ministerial, especialmente por meio do fomento da articulação da rede atendimento e o aprimoramento dos serviços e dos fluxos no âmbito da infância e da juventude.

Com ênfase na interação e no pleno apoio aos Promotores de Justiça que operam diretamente no âmbito da infância e da juventude, tratou-se de garantir, entre outros direitos, o direito à convivência familiar e comunitária; o combate a todo tipo de violência e negligência; a intervenção adequada quando um adolescente comete ato infracional; e a implantação e manutenção adequada do Conselho Tutelar e do Conselho de Direitos em cada município.

Recife, 20 de junho de 2018.

**Luiz Guilherme da Fonseca Lapenda**  
**Promotor de Justiça e Coordenador do CAOPIJ**